

CAPÍTULO 3: EPISTEMOLOGIA POLÍTICA

A atuação do Conselho Federal de Educação (CFE) no exercício de suas atribuições produz doutrina, jurisprudência e normatização, que são expressos mediante documentos (Estudos Especiais, Indicações, Pareceres e Resoluções) que, em geral, são apresentados na *Documenta* e na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*¹. Neste capítulo serão apresentados e discutidos alguns referenciais teóricos que embasam os procedimentos metodológicos adotados nesta tese para análise da *RBEP*.

Os procedimentos metodológicos que serão utilizados são nomeados, aqui, de Epistemologia Política. Este conceito é baseado na proposta metodológica de Thomas Popkewitz para a pesquisa da influência do currículo escolar na elaboração da maneira de ver e de formar o mundo. A Epistemologia Política é apresentada, aqui, apenas como uma hipótese enunciada de uma metodologia para o estudo dos paradigmas que norteiam grupos na elaboração de políticas públicas e dos procedimentos de legitimação; isto por, nesta tese, ter-se recorrido a autores situados em pólos teóricos diferentes na fundamentação dos procedimentos metodológicos e, por ter a consciência de que o objeto principal desta tese não é a discussão metodológica.

Na argumentação deste capítulo, em um primeiro momento, far-se-á a aproximação do tipo de ação do CFE com a do *partido* na concepção de Antônio Gramsci; visando, assim, discutir a possibilidade da burocracia inserida em um Aparelho de Estado de elaborar políticas públicas para a educação superior. No segundo momento, com o objetivo de compreender o exercício do poder do Conselho Federal de Educação, far-se-á a relação entre os conceitos de “conhecimento” e “Poder” tomando como referência o tratamento que lhes dão Michel Foucault, Thomas Kuhn e Thomas Popkewitz. No terceiro momento, far-se-á a discussão do *estudo das idéias* a partir de uma Epistemologia Política. No quarto momento, far-se-á uma proposta de *uma história das revistas*; e, finalmente, como conclusão, serão apresentados os procedimentos de análise da *RBEP*.

¹ Ver no Apêndice a seção 3 “A *Documenta* e a *RBEP*” paralelo entre as revistas.

3.1 Partido

A concepção de partido, de Gramsci (1986 e 2002), ajuda a compreender a ação dos membros do CFE como agentes da formulação de políticas públicas para a educação, no caso específico deste estudo, para a educação superior. Ao examinar as notas de Gramsci é possível distinguir dois aspectos gerais: o primeiro é o de que as notas, em alguns momentos, têm o caráter de prescrição de como deve ser a organização do partido revolucionário e, em outros, têm o caráter de descrição do que é um partido; o segundo é o de que as notas, em alguns momentos, tratam da função do partido e, em outros, da sua organização. Essas distinções podem ser vistas como duas tensões: a tensão prescrição/descrição e a tensão função/organização.²

3.1.1 Tensão prescrição/descrição

Gramsci ao escrever as suas notas tem clareza de que o marxismo deve ser compreendido como uma filosofia da praxis³, isto é, ele consiste em uma interpretação da realidade histórica construída na ação política. Para Gramsci (1986, p. 15) “não se deve destacar a filosofia da política; ao contrário pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são também elas, fatos políticos”. A tensão prescrição/descrição do partido está inserida na busca de Gramsci em superar a dificuldade teórica/prática da conciliação entre o determinismo histórico e a ação consciente dos indivíduos. Gramsci assim resume a superação dessa dificuldade

O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva: mas o que é esta realidade efetiva? Será algo estático e imóvel, ou, ao contrário, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquelas determinadas forças que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas pra domina-la e supera-la (ou contribuir para isso). Portanto, o ‘dever ser’: o abstrato e obscuro de Savonarola e o realista de somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política (2002, p. 35).

² Essa distinções ou tensões não são explicitadas na obra de Gramsci. É relevante lembrar que os “Cadernos do Cárcere” são constituídos de notas elaboradas por Gramsci durante o período em que esteve preso. Muitas dessas notas transmitem a impressão de que Gramsci fazia anotações e propostas para estudos futuros.

³ Gramsci utiliza com frequência linguagem enigmática para superar a censura que está sujeito na prisão. Em vez de utilizar o termo “marxismo” utiliza “filosofia da praxis”. A escolha do termo “filosofia da praxis” não é aleatória, mas sim representa como Gramsci compreende o marxismo.

Ao referir-se às relações de forças dentro de uma sociedade ele sugere que as análises considerem três aspectos: o primeiro, os fatos objetivos da estrutura; o segundo, “a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais” (GRAMSCI, 2002, p. 40); e o terceiro, a “relação das forças militares, imediatamente decisivo em cada oportunidade concreta” (GRAMSCI, 2002, p. 43). Gramsci (2002, p. 37) aponta como erro freqüente das análises históricas sobre as relações de forças sociais, por um lado, o superestimar-se as causas mecânicas, e, por outro, o exaltar-se o elemento voluntarista e individual.

Nesse contexto teórico, no qual não é possível a separação entre filosofia e ação, é que Gramsci une a descrição à prescrição. Assim, quando Gramsci descreve/prescreve a função e a organização do partido, ele está enfocando o partido da classe operária. Buscando na análise de Gramsci uma chave de compreensão da atuação de uma organização social, não revolucionária como o partido, a ênfase da nossa leitura da obra de Gramsci nas próximas seções desta tese se dará nos aspectos descritivos que faz desse partido.

3.1.2 Tensão função/organização

Para a compreensão do conceito de *partido* em Gramsci deve-se recorrer à relação que Maquiavel faz entre os meios e os fins. A máxima de Maquiavel de que os fins justificam os meios leva à compreensão de que os meios utilizados na ação política têm que ser adequados ao fim que se pretende atingir, que no caso do autor é a conquista e a manutenção do Poder. Gramsci critica as análises políticas que separam os meios dos fins:

A ciência política abstrai o elemento ‘vontade’ e não leva em conta o fim a que uma vontade determinada é aplicada. O atributo de ‘utópico’ não é próprio da vontade política em geral, mas das vontades particulares que não sabem ligar o meio ao fim e, portanto, não são nem mesmo vontade, mas veleidade, sonhos, desejos etc (2002, p. 243).

Ao estudar o partido a partir das categorias fins e meios se tem a tensão entre função e organização do partido. Nas notas de Gramsci identifica-se, aqui, que o “fim” é a função exercida por um partido e os meios são as formas de organização da ação concreta do partido. Na tensão função/organização os fins do partido explicam os meios, ou seja, as funções do partido explicam a sua organização. Nessa linha de raciocínio a primeira tarefa é definir a função do partido. Gramsci em várias notas nos “Cadernos do Cárcere” reitera:

O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um

novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna (2002, p. 18).

Assim o partido, que para Gramsci é o moderno Príncipe, tem como função principal ser o dirigente de uma reforma intelectual e moral. A reforma dirigida pelo partido não se resume a um ato de vontade, mas está vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas. Ao discutir o papel do Estado, Gramsci esclarece a noção de reforma intelectual e moral:

... todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes (2002, p. 284).

Tanto o Estado como o partido exercem a função de condutores de reformas intelectuais e morais, o que diferencia um do outro é que o “Estado representa a força coercitiva e punitiva de regulamentação jurídica de um país, os partidos, representando a adesão espontânea de uma elite a tal regulamentação” (2002, p. 267).

Ao discutir a relação entre partido e grupos sociais, Gramsci (2002, p. 59) afirma que cada partido representa apenas um grupo social. Quando um partido transcende aos seus interesses corporativos e apresenta-se como representante de outros grupos subordinados, ele se torna um partido hegemônico (GRAMSCI, 2002, p. 41). Segundo Luciano Gruppi, para Gramsci,

A hegemonia é isto, determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo e, desse modo, isolando o próprio capitalismo (1978, p. 59).

A discussão da função do partido em muitos momentos se confunde, em Gramsci, com a função do Estado, principalmente por conceber o Estado “como um organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo” (GRAMSCI, 2002, p. 41). Considerando a diferenciação acima entre Estado e partido, tem-se que tanto o primeiro como o segundo têm a função de estabelecer a reforma intelectual e moral de uma sociedade, o Estado buscando, porém, estabelecer a hegemonia tanto pela adesão como pela coerção. No momento em que o Estado se impõe, não mais pela adesão, mas exclusivamente pela coerção, tem-se uma crise de hegemonia (GRAMSCI, 2002, p. 60).

Estabelecida a função do partido, Gramsci descreve/prescreve a sua organização usando a idéia de adequação dos meios aos fins. Ele estrutura a organização do partido em três elementos: o de “coesão principal”, o “médio” e o “difuso”. Em suas palavras o elemento de “coesão principal” é o que

... centraliza no campo nacional, que torna eficiente e Poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais, este elemento é dotado de força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e também (ou melhor, talvez por isso mesmo) inventiva (GRAMSCI, 2002, p. 317).

O “elemento médio” articula o elemento de “coesão principal” com o “elemento difuso”. Por sua vez, o “elemento difuso” é constituído por “homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo” (GRAMSCI, 2002, p. 316). No raciocínio de Gramsci os três elementos são importantes para a organização do *partido*, contudo o elemento de “coesão principal” é o fundamental para estabelecer a sua hegemonia, pois esse elemento deve capitanear a reforma intelectual e moral proposta pelo *partido*.

A relação que é estabelecida entre os três elementos de um *partido* é que irá permitir compreender a sua atuação. A partir de Gramsci pode-se tipificar os *partidos* em dois: o orgânico e o burocrático. O primeiro se baseia no centralismo democrático e o segundo no centralismo burocrático. No *partido* orgânico o centralismo é “uma continua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo, com o comando pelo alto” (GRAMSCI, 2002, p. 91). Sobre o centralismo do *partido* burocrático as notas dos Cadernos do Cárcere de Gramsci não são tão explícitas como as referentes ao centralismo orgânico. Duas indicações permitem tipificar o centralismo burocrático. A primeira é a descrição do domínio intelectual alemão anterior a 1914, Gramsci afirma:

A influência era sentida e sofrida por escassos grupos intelectuais, sem ligação com as massas populares, e era precisamente esta ausência de ligação que caracteriza a situação (2002, p. 90).

A segunda indicação é encontrada na definição de Gramsci do fetichismo. Ele afirma:

Um organismo coletivo é constituído de indivíduos, os quais formam o organismo na medida em que se deram, e aceitam ativamente, uma hierarquia e uma direção determinada [...] É natural que se manifeste no caso da Igreja, pelo menos na Itália, o trabalho secular do centro vaticano para anular qualquer traço de democracia interna e de intervenção dos fiéis na atividade religiosa foi plenamente vitorioso e se tornou uma segunda natureza do fiel, embora tenha determinado precisamente aquela forma especial de catolicismo que é própria do povo italiano (GRAMSCI, 2002, p. 332).

Portanto, o *partido* burocrático é aquele no qual o elemento de “coesão principal” não recebe influências do “elemento difuso” (as massas populares). A possibilidade de intervenção democrática dos elementos mais baixos nas atividades do *partido* é bloqueada pela estrutura hierárquica.

Ainda usando a idéia de que a função de um *partido* é de conduzir a reforma intelectual e moral de uma sociedade e a estrutura de organização em três elementos, Gramsci propõe uma definição ampla de *partido*, isto é, no momento em que não há um partido único que conduza a ação de um grupo social, o elemento de “coesão principal” localiza-se fora do *partido*. Ele afirma:

... muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também ‘partidos’, ‘frações de partido’ ou ‘funções de determinados partidos’ (GRAMSCI, 2002, p. 350).

Na próxima seção serão utilizadas a concepção ampla de *partido* de Gramsci e a distinção entre partido burocrático e partido orgânico para analisar a forma que é constituída a ação dos membros do Conselho Federal de Educação (CFE) na elaboração de políticas públicas para a educação. Para tanto, será feito um paralelo da ação dos membros do CFE com as do atual Conselho Nacional de Educação (CNE).

3.1.3 Os Conselhos Federal e Nacional de Educação como “*partido*”

O Estado ao dirigir a discussão, elaboração e a implantação de políticas públicas assume a mesma finalidade de um *partido*, isto é, a de conduzir a reforma intelectual e moral de uma sociedade. Para compreender a organização do Estado como *partido* retoma-se aqui a distinção entre o Poder de Estado e o Poder do Aparelho de Estado feita acima.⁴ O elemento de “coesão principal” está inserido primordialmente no Poder de Estado, enquanto que o “elemento médio” e o “elemento difuso” estão inseridos no Aparelho de Estado.

Visando esclarecer os conceitos de *partido burocrático* e orgânico nesta seção será elaborado paralelo entre o CFE e o CNE. Os Conselhos de Educação, ao serem constituídos como Conselhos técnicos, os quais têm o papel de examinar e acompanhar processos, de manifestar-se sobre a aplicação da legislação, entre outros, podem ser tipificados como Aparelhos de Estado. O CFE e o CNE acabam por exercer tanto as funções do “elemento médio”, como as do “elemento de coesão principal”. Os Conselhos exercem a função de intermediação quando, por exemplo, avaliam o pedido para implantação de uma nova Instituição de Ensino Superior (IES). Exercem a função de elemento de “coesão principal” ao estabelecerem doutrinas e jurisprudências. O Poder do Aparelho de Estado origina-se e

⁴ Ver acima seção 1.6 “Poder de Estado e Poder dos técnicos”.

dimensiona-se pela capacidade e frequência na qual é exercida a função de “elemento de coesão principal”.

Os Conselhos Federal e Nacional de Educação são Aparelhos que têm autonomia parcial em relação ao Poder de Estado. A dependência dos Conselhos se caracteriza quanto:

- a) à nomeação dos seus membros: o extinto CFE era constituído por membros indicados pelo Presidente da República; o atual CNE, por membros escolhidos pelo Presidente da República, cuja metade deve ser escolhida a partir de consulta a entidades da sociedade civil relacionadas com a educação;
- b) à necessidade de seus Pareceres e resoluções serem homologados pelo Ministro da Educação;
- c) ao fato de que suas atribuições podem ser alteradas por atos legislativos do Executivo: por exemplo, o CFE teve suas atribuições aumentadas pelo Decreto-lei nº 464/69 e o CNE teve as suas reduzidas pelo Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001.

A autonomia dos Conselhos reside:

- a) no fato de que os conselheiros são nomeados com mandato previamente definido; portanto, por vias legais não há possibilidade de sua exclusão pelo executivo;
- b) na liberdade de criar doutrina e jurisprudência.

O extinto CFE, no período sobre o qual se realiza esta pesquisa (1962-1968), pode ser tipificado como um *partido burocrático*. O CFE, como um Aparelho de Estado inserido em um Estado autoritário, mantém-se afastado dos movimentos sociais, isto apesar de suas teses terem semelhanças com as teses de outros grupos sociais e de serem constituídas a partir de problemas muitas vezes levantados por esses movimentos.⁵ O próprio fato de os movimentos sociais não perceberem a influência do CFE na elaboração da reforma universitária é um sintoma da forma da atuação dos membros do CFE, isto é, participarem de uma discussão interna do governo sem estabelecer um diálogo efetivo com a sociedade.

O CNE por sua vez pode ser classificado como um partido orgânico, isto é, concilia a centralização com o diálogo com a sociedade civil organizada. Um exemplo é a discussão sobre a elaboração das diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia. Nesse debate uma das questões principais se refere à competência ou não do curso de Pedagogia de formar professores para as primeiras séries do Ensino fundamental. O debate ocorre entre o CNE, a Secretaria do Ensino Superior do MEC (SESU), os departamentos de Pedagogia das IES e

⁵ Ver acima seções 2.6.3 A lei 5.540/68 e 2.7 Influências na elaboração da lei 5.540/68.

entidades do magistério.⁶ O CNE, entendido como partido político, busca mediante a adesão e a coerção (por atos legislativos) estabelecer a hegemonia sobre esse tema.

3.1.3 Burocracia e Funcionário Intelectual

O Conselho Federal de Educação, ao mesmo tempo em que é entendido como um *partido*, deve ser compreendido como parte integrante da burocracia do Estado. O CFE, entendido como burocracia que exerce o papel de *partido*, manifesta a tensão deliberação/atividade técnica. Gramsci assim descreve esta tensão, no caso do *partido*:

Pode-se observar, também, que os órgãos deliberativos tendem cada vez mais a diferenciar sua atividade em dois aspectos ‘orgânicos’: o deliberativo, que lhes é essencial, e o técnico-cultural, onde as questões sobre as quais é preciso tomar resoluções são inicialmente examinadas por especialistas e analisadas cientificamente (1995, p. 119).

O CFE é um Aparelho de Estado no qual a burocracia estatal caracterizada como corpo técnico exerce a atividade de deliberar.⁷ A tensão deliberação/atividade técnica resolve-se na atividade política de avaliar processos e manifestar-se sobre a aplicação da legislação. Assim, a atividade técnica não se separa da atividade deliberativa. Novamente se faz presente a questão do Poder do Aparelho de Estado, a ação dos técnicos, as suas indicações científicas para as possíveis soluções para os problemas sociais, já se constitui uma forma de deliberar. Os técnicos exercem o Poder do Aparelho de Estado ao deliberarem, por exemplo, se uma proposição é adequada a uma legislação, ou, ainda, quando o Conselho, ao se manifestar sobre situações particulares, elaboram doutrina e jurisprudência educacionais.

A análise da ação política da burocracia implica na discussão sobre os membros da burocracia. Gramsci descreve que a burocracia é constituída de dois tipos de funcionários: os de carreira e os eleitos. Os funcionários de carreira são importantes, pois qualquer organização social (nova ou não) “jamais puderam prescindir, pelo menos durante certo tempo, da tradição e dos interesses constituídos, isto é, das formações de funcionários já existentes e constituídas antes de seu advento” (GRAMSCI, 2002, p. 89). Por sua vez, o funcionário eleito se insere na burocracia como uma forma de controle das forças conservadoras do Poder do Aparelho de Estado. Gramsci esclarece:

⁶ Sobre a participação do CNE na elaboração das diretrizes curriculares para os cursos de pedagogia ver SILVA, 2001.

⁷ Ver acima seção 1.6 “Poder de Estado e Poder dos técnicos”.

A unidade do trabalho manual e intelectual e uma ligação mais estreita entre o Poder legislativo e o Poder executivo (fazendo com que os funcionários eleitos se interessem não só pelo controle, mas também pela execução dos negócios de Estado) podem ser inspirados tanto para uma orientação nova na solução do problema dos intelectuais, como para aquele dos funcionários (2002, p. 89).

Os membros do Conselho Federal de Educação são funcionários de um terceiro tipo, não descrito por Gramsci. Ao mesmo tempo em que a sua nomeação é política, pois ela ocorre pelo Poder de Estado,⁸ eles se aproximam das características de um funcionário de carreira, pois ao terem mandato pré-definido não podem ser destituídos por um ato de vontade do Executivo sem romper com a normalidade legal. Considerando que a nomeação dos membros do Conselho consiste em uma ação política e que o exercício das suas atividades está relacionado com aspectos técnicos, podemos tipificá-los como funcionários intelectuais políticos.

A identificação dos Conselhos por um lado como burocracia e, por outro, como *partido* implica na dificuldade de que a estrutura burocrática do Conselho pode comportar membros com diferenças ideológicas. Gramsci propõe a seguinte chave de interpretação:

Embora todo partido seja a expressão de um grupo social, e de um só grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um só grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses de seu próprio grupo e os outros grupos, fazendo com que o desenvolvimento do grupo representado ocorra com o consenso e com a ajuda dos grupos aliados, se não mesmo dos grupos decididamente adversários (2002, p. 59).

3.2 Poder e conhecimento

O estudo do Conselho Federal de Educação como Aparelho de Estado e como *partido* implica na questão do estudo do Poder. Com freqüência análises marxistas utilizam a concepção de que o Poder é único, a adoção dessa postura inviabiliza pensar a distinção entre Poder de Estado e Poder do Aparelho de Estado. Para discutir a questão do Poder num enfoque que o compreende como múltiplo tomar-se-á nesta seção como referencia a discussão de Foucault.

As análises tradicionais sobre o Poder, segundo Foucault (1986, p. 184), compreendem que ele emana do centro para a periferia. Desta forma todo o estudo sobre o Poder seria um estudo de como ele se reproduz em todas as instâncias a partir do seu centro. Nos termos

⁸ Ver acima na seção 2.2 “A composição do CFE” que a nomeação dos membros do CFE dependia da habilidade política deles.

dessa pesquisa, seria o estudo de como o Poder de Estado se reproduz nos Aparelho de Estado. Esta visão é herdeira do enfoque jurídico sobre a soberania, isto é, na

... teoria jurídica clássica o Poder é considerado como um direito de que se seria possuído como de um bem e que Poderia, por conseguinte, transferir ou alienar, total ou parcialmente, por um ato jurídico ou um ato fundador de direito, que seria da ordem da cessão ou do contrato (FOUCAULT, 1986, p. 174).

Foucault também crítica a tradição marxista por deslocar o Poder para as relações econômicas. Em suas palavras:

Funcionalidade econômica no sentido em que o poder teria essencialmente como papel manter relações de produção e reproduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e uma modalidade própria da apropriação das forças produtivas tornaram possível. O poder político teria neste caso encontrado na economia sua razão de ser histórica (1986, p 174-5).

Com essas críticas Foucault não pretende negar o exercício do poder na figura do ‘soberano’ ou na ‘reprodução das relações de produção’, mas sim propor que o exercício do poder ocorre em diversas instâncias. De forma contundente ele afirma:

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a idéia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um Poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. [...] Mas se o Poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações do Poder (FOUCAULT, 1986, p. 248).

As análises do Poder a partir da reprodução das relações econômicas ou da força do soberano têm como pressuposto a visão do Poder como negação, isto é, agindo por meio da censura e da repressão. Segundo Foucault (1986, p. 149), se o Poder contivesse apenas esse aspecto negativo, ele seria frágil; o Poder se instaura quando produz prazer, produz saber.

O estudo do Poder do Aparelho de Estado, no caso desta pesquisa, do Conselho Federal de Educação, implica em compreender a maneira como o Poder é exercido na criação e implantação de uma política pública. O exercício do poder nesse caso deve ser compreendido nos seus aspectos negativo e positivo, isto é, tanto ao reprimir a criação de modelos alternativos, como na criação de um novo modelo. Um exemplo, do exercício do poder pelo Conselho, é quando utiliza instrumentos para aprovar ou rejeitar mediante seus Pareceres a implantação de algum modelo de universidade. As reiteradas decisões dos Conselhos ao criarem jurisprudência são uma forma de criar um novo tipo de saber.

Seria um equívoco compreender o Poder do Conselho como soberano, pois assim não seria possível compreender a influência das reações às decisões do Conselho e das pressões sociais para que sejam tomadas decisões em determinada direção. Um exemplo disso é o fato

de membros do Conselho Federal de Educação (CFE) terem trabalhado na elaboração da legislação que fornece fundamento legal à Reforma Universitária, contrariando a postura assumida por esse Conselho, desde sua implantação, de não elaborar legislação educacional explícita, mas sim de promover uma Reforma Universitária mediante jurisprudência.

Entender o Poder como rede ou feixe multiforme permite compreender a atuação desse Conselho como parte de uma relação de forças. Em sentido figurado, o Conselho se constitui como um dos “nós” da rede de Poder. O exercício do poder não depende exclusivamente de atos de vontade dos conselheiros, mas sim como eles se relacionam com os outros autores sociais (outros “nós” da rede). Assim, por exemplo, no período da Reforma Universitária de 1968, o CFE atua numa rede complexa de Poder que tem, entre outros, os seguintes “nós”: a pressão da classe média por vagas no ensino superior, a atuação do movimento estudantil, a ação do governo militar para controlar os estudantes, a atuação de Rudolph Atcon no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB).⁹

A idéia de que o Poder não existe e que ele se constitui a partir de uma relação de forças, permite ir além da compreensão do Estado como um todo monolítico, mas ele próprio se constitui em uma rede de Aparelhos nos quais se exerce o Poder. A rede de Poder dentro do Estado pode ser compreendida pelo conceito de “governamentalidade” cunhado por Foucault ao propor-se pesquisar sobre a história do Estado.¹⁰ Em suas palavras:

Para concluir, gostaria de dizer o seguinte. O que pretendo fazer nestes próximos anos é uma história da governamentalidade. E com esta palavra quero dizer três coisas:

1 – **o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas** que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de Poder, que tem **por alvo a população**, por forma principal de saber a economia política e **por instrumentos técnicos essenciais** os dispositivos de segurança.

2 – a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à **preeminência** deste tipo de Poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao **desenvolvimento** de uma **série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes**.

3 – o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI **Estado administrativo**, foi pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 1986, p. 291- 2. Grifos nossos).

A partir do conceito de “governamentalidade” o estudo da atuação do Conselho Federal de Educação na formulação de políticas públicas significa pesquisar a atuação desse Aparelho de Estado na constituição de instituições (as Instituições de Ensino Superior) e principalmente na criação de saberes mediante o exercício do poder por instrumentos técnicos.

⁹ Sobre os diversos grupos (“nós da rede”) que influenciaram a Reforma Universitária ver Vieira (1982)

¹⁰ A história do Estado, ou nos termos de Foucault, a história da governamentalidade acabou não sendo feita.

3.2.1 Poder e epistemologia

O exercício do poder está diretamente relacionado com a produção de saberes, ou seja, de uma *episteme*. Ao mesmo tempo em que a ação do CFE é fundamentada em um conhecimento prévio, ele cria novos conhecimentos e uma identidade para o sistema universitário brasileiro. O estudo das idéias presentes na *RBEP* permite compreender uma parte da rede de Poder que instaura a Reforma Universitária de 1968. A pesquisa dos saberes produzidos pelos Conselhos terá como referência conceitual a concepção de *epistemologia social* de Popkewitz. Ele define:

A Epistemologia proporciona o contexto dentro do qual devem ser consideradas as regras e os modelos através dos quais o mundo é formado, as distinções e categorizações que organizam as percepções, as formas de responder ao mundo e o conceito do self. [...] a epistemologia social torna os objetos que compõem o conhecimento da escola definindo-os como elementos da prática institucional, dos padrões de relações de Poder historicamente formados que fornecem estrutura e coerência aos caprichos da vida diária (Popkewitz, 1997, p. 23).

Popkewitz ao estudar a formação do currículo a partir da epistemologia social pretende mostrar como o currículo cria uma maneira de ver e de formar o mundo. O estudo da questão proposta nesta tese tenta desvendar como um regime epistemológico afeta a discussão das idéias; em outras palavras, qual seria o regime epistemológico no qual os reformadores estão inseridos? Quais relações de Poder levam os atores sociais a terem determinado posicionamento?

Nesse estudo, a preocupação é a de entender a ação dos agentes da reforma universitária como uma atividade política. Em vez de adjetivar epistemologia com o termo “social”, adjetivo com o termo “política”. Interpreta-se, aqui, que um determinado regime epistemológico é constituído de critérios e modelos dentro do jogo de forças na determinação de políticas públicas. Tomando como base a definição de Popkewitz, a Epistemologia Política “proporciona o contexto dentro do qual devem ser considerados as regras, os modelos” e as concepções de Estado – “através dos quais o mundo é formado”, isto é, através dos quais são construídas “as distinções e categorizações que organizam as percepções...”, as propostas de políticas públicas e “as formas de responder ao mundo” –, além de direcionarem a formulação de políticas públicas.

A questão é a de se saber quais são os princípios adotados por um grupo social, isto é, quais são os princípios que determinam a ação desse grupo. Diferentemente de uma análise positivista que apenas define as estruturas do método científico, o estudo da epistemologia

política pretende identificar o conjunto de princípios a partir do qual a realidade é interpretada/construída.

A idéia de que as relações de Poder produzem um conhecimento tem como pressuposto que não existe a verdade absoluta, mas que ela é constituída numa relação de Poder. Foucault prefere falar em um “Regime da Verdade” em vez de utilizar-se do conceito de “verdade”. Assim ele propõe, “por ‘verdade’, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 1986, p. 14). O estabelecimento da verdade não consiste em buscar enunciados que descrevam com perfeição a realidade, mas sim produzir enunciados que atendam a rituais sociais de legitimação de um discurso.

O conceito de “Regime da Verdade” torna-se mais claro ao ser lido à luz da definição de paradigma formulada por Thomas Kuhn.

Considero ‘paradigma’ as realizações científicas universalmente reconhecidas, que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência (2001, p. 13).

A visão de Kuhn supera a visão neopositivista que defende que a experiência é que valida os enunciados científicos. Para ele um enunciado é considerado verdadeiro se atende ao modelo de ciência adotado por uma comunidade científica. Pode-se ressaltar que na visão de Kuhn o mais importante não são as regras estabelecidas em um paradigma, mas sim o modelo de ciência adotado, os compromissos metodológicos assumidos por uma comunidade científica. A ênfase nos modelos, em vez de nas regras, permite que se afaste de uma visão jurídica da ciência, isto é, que se afaste da visão de que toda prática científica é avaliada a partir da sua adequação às regras. Isto permite que aqui afirmemos que a validação de enunciados ocorre em uma relação de Poder dentro da comunidade científica.

Popkewitz (1997, p. 38) afirma que Kuhn avança no sentido de compreender os aspectos políticos na escolha dos paradigmas, contudo o critica por focalizar as idéias em si. A crítica de Popkewitz é válida pelo fato de Kuhn defender que a legitimação do conhecimento científico ocorre exclusivamente pela comunidade científica e que essa comunidade se situa isolada da sociedade¹¹. Robert Darnton (1990, p. 189-90) afirma que história da ciência pode se caracterizar por abordagens externas das ciências (isto é, dos fatores sociológicos que as determinam) ou por abordagens internas (isto é, como as idéias se

¹¹É relevante lembrar que Kuhn ao estudar da história da ciência restringe o seu enfoque às ciências naturais.

relacionam entre si). Darnton propõe que uma história social e uma história das idéias se conciliem ao assumir postura intermediária entre as abordagens internalistas e as externalistas. Adotando a postura intermediária, a discussão de Kuhn da história da ciência permite compreender o estabelecimento do “Regime da Verdade”, ou, em suas palavras, o estabelecimento de paradigmas.¹²

Kuhn define três períodos básicos na constituição de uma ciência, a saber, o pré-paradigmático, a ciência normal e o revolucionário. No período pré-paradigmático não há consenso de qual modelo de ciência deve ser adotado e ocorre uma proliferação de paradigmas concorrentes. Kuhn exemplifica com a Óptica Física anterior a Newton

Por não ser obrigado a assumir um corpo qualquer de crenças comuns, cada autor de Óptica Física sentia-se forçado a construir novamente seu campo de estudos desde os fundamentos. A escolha das observações e experiências que sustentavam tal reconstrução era relativamente livre. Não havia qualquer conjunto-padrão de métodos ou de fenômenos que todos os estudiosos da Óptica se sentissem forçados a empregar e explicar. Nestas circunstâncias o diálogo dos livros resultantes era freqüentemente dirigido aos membros das outras escolas tanto como à natureza (2001, p. 33).

O período pré-paradigmático de uma ciência termina...

Quando, pela primeira vez no desenvolvimento de uma ciência da natureza, um indivíduo ou grupo produz uma síntese capaz de atrair a maioria dos praticantes de ciência da geração seguinte, as escolas mais antigas começam a desaparecer gradualmente. [...] O novo paradigma implica uma definição nova e mais rígida do campo de estudos. Aqueles que não desejam ou não são capazes de acomodar seu trabalho a ele têm que proceder isoladamente ou unir-se a algum grupo (KUHN, 2001, p. 39-40).

Usando a terminologia gramsciana, quando um paradigma torna-se “hegemônico” é constituído o período da ciência normal. Thomas Kuhn afirma que a ciência normal caracteriza-se por:

- a) determinar problemas legítimos e falsos;
- b) oferecer modelos e regras para o exercício da ciência;
- c) os princípios básicos não são problematizados;
- d) não há necessariamente consenso e discussão sobre os princípios básicos;
- e) os manuais reconstroem a história da ciência com visão teleológica; isto é, todos os caminhos percorridos por uma ciência são compreendidos “como algo que se encaminha, em linha reta, para a perspectiva atual da disciplina” (KUHN, 2001, 209);

¹² Apesar de Foucault não aceitar a idéia de modelos, o conceito de “Regime de Verdade” é próximo do conceito de Paradigma, pois tanto para Foucault como para Kuhn a validação dos enunciados científicos se dão através de rituais estabelecidos pela comunidade científica.

- f) os problemas são apresentados como um quebra cabeça; isto é, apesar das soluções não serem conhecidas antecipadamente elas são asseguradas pelo paradigma. A solução proposta para um quebra cabeça “deve obedecer a regras que limitam tanto a natureza das soluções aceitáveis como os passos necessários para obtê-las” (KUHN, 2001, p. 61);
- g) quando um experimento produzir fenômenos anômalos ao paradigma a deficiência é normalmente imputada ao cientista e não ao paradigma.

O período revolucionário é a fase no qual se está na transição entre um velho e um novo paradigma. A identificação desse período é complexa, pois a impossibilidade de encontrar soluções dentro de um paradigma para os novos problemas pode significar, por um lado, que ele está em crise, por outro lado, que se está em um momento de ajuste do paradigma. As revoluções científicas não são fatos corriqueiros, pois geram insegurança profissional e se defrontam com a resistência dos cientistas mais bem preparados que, por isso mesmo, têm fortes compromissos com o paradigma vigente. Para Kuhn,

...o novo paradigma, ou uma indicação suficiente para permitir uma posterior articulação, emerge repentinamente, algumas vezes no meio da noite, na mente de um homem profundamente imerso na crise. Qual seja a natureza desse estágio final – como o indivíduo inventa (ou descobre que inventou) uma nova maneira de ordenar os dados, já agora coletados na sua totalidade – permanecerá inescrutável aqui e é possível que assim seja permanentemente. Indiquemos apenas uma coisa a esse respeito. Quase sempre, os homens que fazem essas invenções fundamentais são muito jovens ou estão há pouco tempo na área de estudos cujo paradigma modificam. Talvez não fosse necessário fazer essa observação, visto que tais homens, sendo pouco comprometidos com as regras tradicionais da ciência normal em razão de sua limitada práxis científica anterior, têm grandes probabilidades de perceber que tais regras não mais definem alternativas viáveis e de conceber um outro conjunto que possa substituí-las (2001, p. 121-2).

A atuação do Conselho Federal de Educação deve ser compreendida nos moldes da ciência normal, isto devido a sua capacidade de atuar no sistema educacional e de validar ou não propostas de política pública, ou, ainda, modelos educacionais. Assim, a epistemologia política é o estudo do paradigma que norteia a ação de grupos na elaboração de políticas públicas e dos procedimentos de legitimação.

Essa escolha metodológica implica a identificação das regras e dos modelos, em outras palavras, o paradigma de que se utilizam os autores que publicam nas revistas oficiais na construção de um “regime de verdade”. A leitura dos documentos emitidos pelo Conselho significa, na epistemologia política, retirar a ênfase no autor, isto é, identificar as regras e os modelos adotados por um grupo de autores na construção de suas propostas de política pública. Segundo Popkewitz, esta postura metodológica não significa abandonar o sujeito, o que implicaria em uma postura determinista. Em suas palavras:

Meu argumento é que problematizar o que tomamos como dado – nossas formas de raciocínio e princípios de ordenação – é uma estratégia para desestabilizar as formas de ‘raciocínio’. Isto introduz um paradoxo aparente à medida que afastamos questões de agências e atores do centro da análise. Ao se desestabilizar as condições que confinam e prendem a consciência e seus princípios de ordem, criando, assim, uma gama mais ampla de possibilidades para a ação, o ator é, paradoxalmente reintroduzido. Tomar as formas de raciocínio e as regras para ‘dizer a verdade’ potencialmente contingentes, históricas e suscetíveis à crítica é uma prática que desaloja princípios ordenadores (Popkewitz, 1994, p. 184-5).

A epistemologia política quando se direciona para o estudo da atuação de um Aparelho de Estado tem como tarefa identificar

- a) os modelos e regras adotados para a construção do conhecimento da realidade;
- b) os problemas considerados legítimos;
- c) os princípios básicos não problematizados;
- d) os momentos nos quais há necessidade de obter-se consenso sobre algum dos princípios básicos;
- e) a articulação teórica com as proposições que divergem do paradigma vigente na atuação do Conselho;
- f) as soluções aceitas para os problemas apresentados;
- g) as avaliações sobre as políticas públicas implantadas a partir do conhecimento produzido pelo exercício do poder dos Conselhos.

3.2.2 Obras paradigmáticas

Neste ponto põe-se a questão de se saber qual o papel paradigmático das revistas oficiais na formulação de políticas públicas. Para essa discussão retomemos o livro *A estrutura das revoluções científicas*, de Thomas Kuhn, no qual é possível identificar a seguinte divisão das obras científicas: as instauradoras, as de divulgação e as de aplicação do paradigma.¹³ As obras paradigmáticas, nas ciências naturais, são os livros que são utilizados como referência para o modelo de ciência adotado por um paradigma, por exemplo, *Experiências... sobre a Eletricidade*, de Franklin, ou a *Origem das Espécies*, de Darwin. O padrão de desenvolvimento de uma ciência é alterado por uma obra paradigmática (KUHN, 2001, p. 33 e 40). Nas ciências humanas e sociais podemos identificar como obras paradigmáticas aquelas tradicionalmente nomeadas como clássicos, por exemplo, “O

¹³ Na citada obra de Kuhn apesar de em vários momentos ele caracterizar os três tipos de obras científicas em nenhum momento ele explicita a divisão proposta aqui.

Capital”, de Karl Marx, “Discurso sobre o Espírito Positivo”, de Augusto Comte, e “A Crítica da razão pura”, de Immanuel Kant.

As obras de divulgação são constituídas, nas ciências naturais, pelos manuais. Os manuais têm o papel de apresentar os princípios básicos e principais resultados obtidos por uma ciência. Essas obras cumprem dupla função: a primeira é a de inserir os estudantes de uma disciplina no paradigma vigente; a segunda é a de dispensar os pesquisadores de discutirem os princípios e conceitos básicos. Segundo Kuhn,

...dado o manual, o cientista criador pode começar sua pesquisa onde o manual a interrompe e desse modo concentrar-se exclusivamente nos aspectos mais sutis e esotéricos dos fenômenos naturais que preocupam o grupo (2001, p. 33).

As obras de aplicação dos paradigmas são aquelas nas quais não são discutidos os princípios básicos e são apresentadas as soluções técnicas encontradas aos problemas derivados de um paradigma. Os periódicos exercem primordialmente a função de expor as aplicações dos paradigmas. Nas ciências humanas e sociais muitos livros também exercem a função de aplicar um paradigma no estudo da realidade.

A diferenciação entre obras instauradoras, de divulgação e de aplicação de um paradigma, em um estudo de epistemologia política torna-se mais complexa do que em um estudo histórico das ciências. Isto ocorre porque: 1) na elaboração de propostas de políticas públicas as relações de força na rede de Poder são mais intensas; 2) o apoio político de um grupo é mais importante para uma obra do que a sua fundamentação teórica; 3) as dimensões de uma obra paradigmática na formulação de políticas públicas são de dimensão reduzida; 4) muitas vezes, grupos sociais que partilham dos mesmos compromissos podem fundamentar a sua atuação em obras diferentes; 5) a obra pode se situar fora do contexto da produção daquele grupo; 6) é possível que a obra paradigmática simplesmente não exista enquanto obra única.

Um exemplo de obra paradigmática para formulação de políticas públicas é o “Plano Diretor da Reforma do Estado” editado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado do governo Fernando Henrique Cardoso. Nesse plano é apresentada a visão de que o Estado deve ter uma organização gerencial, que ele tem a função de regular o desenvolvimento econômico, e que o Estado não deve dedicar-se a serviços que outras organizações sociais possam oferecer. Este documento é uma obra paradigmática porque fornece o modelo para a elaboração das políticas públicas governamentais. Usando as quatro primeiras características expostas acima, que dificultam a identificação de uma obra

paradigmática para formulação de políticas públicas, afirma-se, aqui: 1) o modelo proposto no documento está inserido em um amplo embate político sobre o modelo de Estado a ser adotado; 2) apesar de o documento apresentar um diagnóstico como fundamentação teórica, é o arranjo político de sustentação do governo que o torna paradigmático; 3) o documento tem menos de 40 páginas; e 4) no âmbito internacional, o documento compartilha dos compromissos neoliberais.

3.3 Para uma história da mentalidade política

A pesquisa da história do Conselho Federal de Educação constitui-se na pesquisa da história do Aparelho de Estado, da sua organização como *partido*. Significa pesquisar como ele se constitui em um grupo homogêneo e de como é estabelecido o consenso interno, apesar das possíveis diferenças entre os seus membros. Gramsci, ao discutir sobre o estudo da organização das forças internas de um partido, dimensiona a tarefa dessa pesquisa:

Trata-se de um processo molecular, em escala mínima, de análise difícilíssima, capilar, cuja documentação é constituída por uma quantidade incrível de livros, opúsculos, artigos de revistas e de jornais, de conversações e debates verbais que se repetem infinitas vezes e que, em seu conjunto gigantesco, representam este trabalho do qual nasce uma vontade coletiva com um certo grau de homogeneidade, o grau que é necessário e suficiente para determinar uma ação coordenada e simultânea no tempo e no espaço geográfico em que o fato histórico se verifica (2002, p. 288).

No caso do CFE, o material de divulgação das suas idéias consiste primordialmente na Revista *Documenta* e na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*. Analisando em sentido amplo o surgimento das idéias e das correntes filosóficas, Gramsci sugere que...

Deve-se, portanto, explicar como ocorre este fato, a saber, que em cada época coexistam muitos sistemas e correntes de filosofia; explicar como eles nascem, como se divulgam, porque na divulgação seguem certas linhas de separação e certas direções, etc. [...] mas esta elaboração deve ser feita, e somente pode ser feita, no quadro da história da filosofia (1986, p. 15).

Assim a pesquisa da formação de um partido deve identificar no seu material de divulgação as suas correntes internas e situá-las no campo mais amplo da história da filosofia. Contudo, o mapa das posições que formam uma concepção de mundo, no caso específico desta tese, isto é, uma concepção de ensino universitário, pode ser construída a partir dos vários “nós” da rede de Poder. Robert Darnton afirma:

Infelizmente, porém, a história intelectual não é um todo. Ela não tem nenhuma *problématique* norteadora. Seus praticantes não compartilham nenhum sentimento de terem temas, métodos e estratégias conceituais em comum. Num dos extremos, eles analisam os sistemas dos filósofos, no outro, examinam os rituais dos iletrados. Mas suas perspectivas podem ser classificadas de ‘cima’ para ‘baixo’, e Poderíamos

imaginar um espectro vertical onde os temas se transformam gradualmente entre si, passado por quatro categorias principais: a história das idéias (o estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos), a história intelectual propriamente dita (o estudo do pensamento informal, o clímax de opinião e os movimentos literários), a história social da idéias (o estudo das ideologias e da difusão das idéias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e *mentalités* coletivas) (1990, p. 188).

A Epistemologia Política de um órgão governamental que assume a atividade de um *partido* se aproxima do que Darnton nomeia como uma história intelectual, o que significa dizer que, ao mesmo tempo em que se distânciava de uma história da filosofia clássica, ela é uma análise das discussões no âmbito filosófico, que, ao mesmo tempo em que se distânciava do estudo do pensamento do homem comum (nos termos de Darnton, não é o estudo da *mentalités* coletiva), é uma análise de um dos “nós” da rede de Poder que instaura uma *mentalité* coletiva sobre a educação.

Um estudo de Epistemologia Política é também, ao mesmo tempo, um estudo de história política e um estudo de história das mentalidades; isto significa que se trabalha, por um lado, com fatos políticos que podem ser datados precisamente e, por outro, com a construção de idéias e concepções. Robert Darnton esclarece:

Mas a precisão pode ser inadequada, ou mesmo impossível, na História das mentalidades, um gênero que requer métodos diferentes dos empregados nos gêneros convencionais, como a História política. Visões de mundo não podem ser descritas da mesma maneira que acontecimentos, mas não são menos ‘reais’. A política não poderia correr sem que existisse uma disposição mental prévia, implícita na noção que o senso comum tem do mundo real. O próprio senso comum é uma elaboração social da realidade, que varia de cultura para cultura. Longe de ser a invenção arbitrária de uma imaginação coletiva, expressa a base comum de uma determinada ordem social. Portanto, para reconstituir a maneira como os camponeses viam o mundo, nos tempos do Antigo Regime, é preciso começar perguntando o que tinham em comum, que experiência partilhavam, na vida cotidiana de suas aldeias (1986, p. 39).

Na Epistemologia Política, a história da mentalidade é relacionada com a história política. Ao mesmo tempo em que a construção de um paradigma educacional não é precisamente datada, as circunstâncias sociais, econômicas e políticas que exigem uma resposta o são. O estudo da concepção de universidade construída a partir do exercício do Poder pelo CFE consiste, por um lado, em transcender os fatos políticos, e, por outro, em situar o contexto sócio-político que exige uma resposta mediante a ação de produzir um determinado tipo de conhecimento.

3.4 Para uma história das revistas

O estudo de uma revista está inserido no que Robert Darnton chama da história do livro. Ele afirma:

Até se poderia chamar de história social e cultural da comunicação impressa, se não fosse um nome tão comprido, pois sua finalidade é entender como as idéias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e comportamento da humanidade nos últimos quinhentos anos (Darnton, 1990, p. 109).

Ao se deter sobre a história do livro Darnton propõe que essa história deve estar atenta ao ciclo do livro, apresentado no diagrama abaixo:

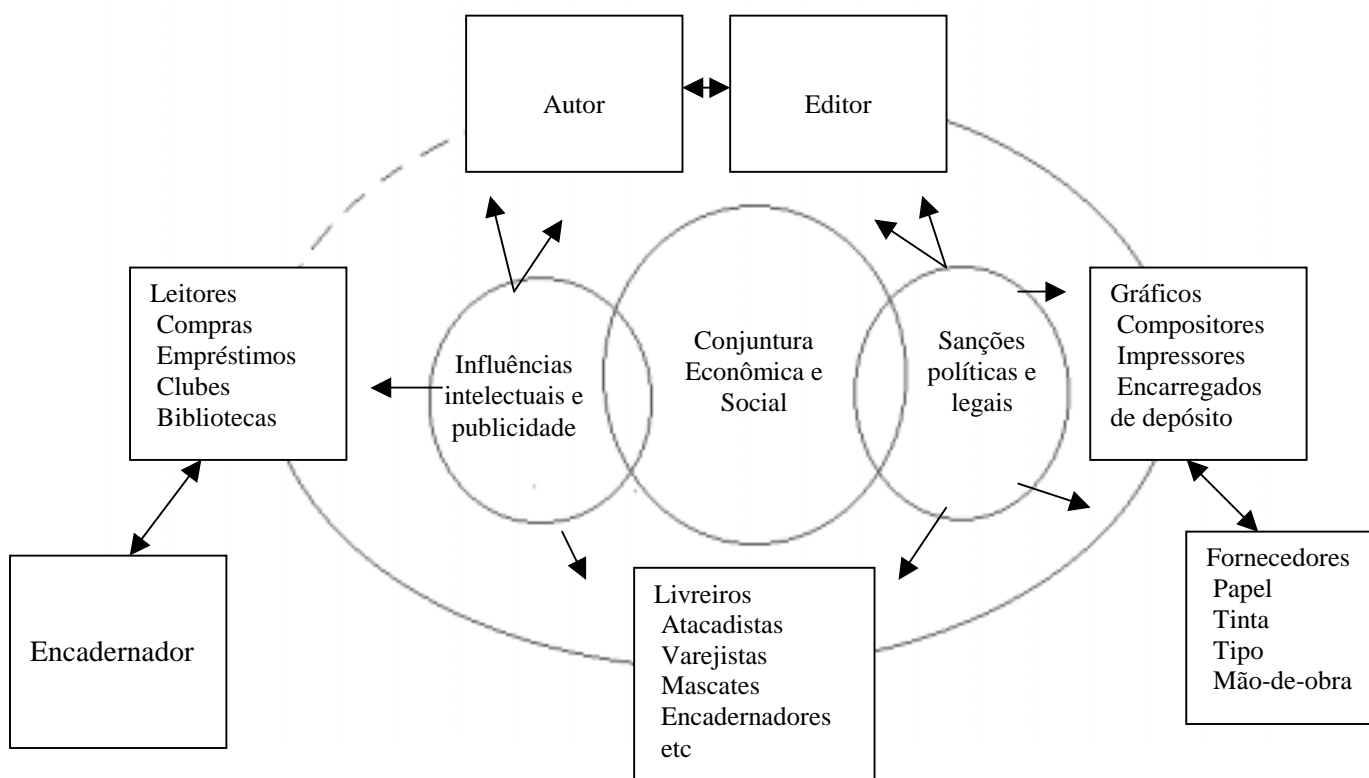


Figura 1 o circuito das comunicações
Fonte: Robert Darnton. **O beijo de Lamourette**, p. 113.

No diagrama, o ciclo do livro é constituído como uma cadeia produtiva, isto é, inicia-se no produtor (autor/editor) e termina com o consumidor (leitores), passando pela linha de produção (gráficos/fornecedores, distribuidores e livreiros). Para cada um dos pontos do ciclo do livro Darnton sugere algumas questões e linhas de pesquisa.

Autores:

Em que ponto os escritores se libertaram do patronato dos nobres e ricos e do Estado, para viverem de suas penas? Qual era a natureza de uma carreira literária, e

como se a seguia? Como os escritores tratavam com os editores, os impressores, os livreiros, os resenhistas, e entre si? Enquanto essas perguntas não forem respondidas, não entenderemos plenamente a transmissão dos textos (Darnton, 1990, p. 122-3).

Editores:

Mas a evolução do editor, como figura específica diferenciada do mestre livreiro e do impressor, ainda demanda um estudo sistemático (Darnton, 1990, p. 123).

Como os editores firmavam contratos com autores, faziam alianças com livreiros, negociavam com autoridades políticas, tratavam as finanças, os fornecimentos, as remessas e a publicidade? As repostas a essas perguntas levariam a história dos livros a penetrar no território da história social, econômica e política, com benefícios mútuos (Darnton, 1990, p. 124).

Impressores:

São necessárias outras pesquisas para períodos posteriores, e poder-se-iam colocar novas questões: como os impressores calculavam os custos e organizavam a produção, principalmente após a expansão do jornalismo e da impressão de materiais volantes? Quais as alterações sofridas nos orçamentos do livro com a introdução do papel feito a máquina, na primeira década do século XIX, e do linotipo nos anos de 1880? De que maneira as transformações tecnológicas afetaram a condução do trabalho? E que papel desempenharam os oficiais gráficos, um setor excepcionalmente expressivo e militante do operariado, na história do trabalho (Darnton, 1990, p. 125).

Expedidores:

Assim, freqüentemente a expedição respondia por uma larga parcela do custo total do livro e ocupava um grande espaço na estratégia de *marketing* dos editores. Em muitas partes da Europa, os impressores não podiam entrar com a remessa dos livros para os livreiros nos meses de agosto e setembro, porque os carroceiros largavam os carros para trabalhar nas colheitas (Darnton, 1990, p. 126).

Livreiros:

Mas é preciso estudar melhor o livreiro enquanto agente cultural, o intermediário entre a oferta e a demanda em seu principal ponto de conexão. Ainda não conhecemos muito o mundo social e intelectual de homens como Rigaud, seus gostos e valores, a inserção deles em suas comunidades (Darnton, 1990, p. 126).

Leitores:

Como os leitores entendem os sinais na página impressa? [...] O historiador do livro pode empregar suas noções de 'públicos fictícios', 'leitores implícitos' e 'comunidades interpretativas'. Mas ele também pode achar que suas considerações são um pouco estáticas no tempo. Embora os críticos saibam percorrer a história literária (e são muito fortes no século XVII inglês) eles parecem presumir que os textos sempre afetaram a sensibilidade dos leitores de uma mesma maneira. Mas um habitante seiscentista de Londres vivia num universo mental diferente do de um professor americano do século XX. A própria leitura se transformou ao longo do tempo. Ela era freqüentemente feita em grupo e em voz alta, ou em segredo e com uma intensidade que hoje talvez nem consigamos imaginar (Darnton, 1990, p. 127).

Os livros e as revistas têm em comum o fato de serem veículos de transmissão da palavra impressa. A grande diferença entre eles é o fato de o livro ser uma obra fechada e a revista uma obra aberta. O livro é uma obra fechada, primeiro, por ser uma obra única e delimitada, isto apesar de o livro Poder ser aumentado, reformulado e reescrito nas suas sucessivas edições; contudo, cada uma das edições caracteriza-se como uma obra única; segundo, por ter um número de autores finito e facilmente identificado. A revista, por sua vez, tem a dinâmica de ser construída a cada novo número. A identificação dos autores da revista não é tarefa fácil, pois ela constantemente incorpora novos autores, além de em determinadas circunstâncias não identificar os seus autores. A semelhança entre a revista e o livro permite que se faça uma aproximação entre os seus ciclos; por sua vez, as diferenças entre eles exigem que as questões e as linhas de pesquisa para cada elo do ciclo sejam repensadas.

As revistas podem ser subdivididas em vários tipos: as de notícia (que se assemelham aos jornais); as de tema, na qual a identificação do autor tem pouca importância para o leitor (ex: revistas destinadas a adolescentes, mulheres, usuários de informática etc.); as de popularização da ciência; as de divulgação científica destinada ao mundo acadêmico; e as revistas oficiais (revistas que divulgam decisões tomadas por órgãos de Estado, por exemplo, revistas que apresentam decisões tomadas pelo judiciário).

As revistas podem ser utilizadas como instrumentos para o estabelecimento e manutenção de liderança política, científica e cultural. Gramsci, na sua análise descritiva/prescritiva, fornece uma chave para identificar esse tipo de revista. Ao prescrever o uso político das revistas, ele afirma:

Cada um destes tipos deveria ser caracterizado por uma orientação intelectual muito unitária e não antológica, isto é, deveria ter uma redação homogênea e disciplinada; portanto, poucos colaboradores ‘principais’ deveriam escrever o corpo essencial de cada fascículo (Gramsci, 1995, p. 169).

O termo “antologia” pode ser entendido como diversidade de temas e/ou como diversidade de posturas políticas, científicas e culturais. Assim, uma revista que é elaborada como instrumento para o estabelecimento e manutenção da liderança intelectual de um grupo é aquela que mantém tanto a unidade de temas, como a unidade na forma de tratar os temas.

Visando compreender a especificidade do ciclo de uma revista, divide-se, aqui, este em três elos principais: a produção, a circulação e o leitor. A articulação entre esses três elos é que irá caracterizar o tipo de revista.

3.4.1 A produção da revista

A produção da revista refere-se a sua relação entre o órgão patrocinador, o editor da revista, os autores e os diagramadores. O patrocinador da revista pode ser uma universidade, uma editora comercial, uma entidade sindical, uma entidade religiosa, uma associação científica etc. A história de uma revista em muitos momentos se confunde com a história do seu patrocinador. Por exemplo, uma revista patrocinada por um sindicato de trabalhadores assumirá a visão desse sindicato, as suas lutas estarão presentes em seus números; por sua vez, uma revista patrocinada por um programa de pós-graduação, na maioria dos casos, não terá uma postura explícita de militância política. A identificação de quem patrocina a revista é o primeiro passo para se conhecer os objetivos propostos para ela.

O(s) editor(es) da revista tem (têm) função mais relevante do que o editor de um livro. O(s) editor(es) pode(m) ser caracterizado(s) como o(s) autor(es) principal(is), pois a ele(s) compete selecionar o que será e o que não será publicado, as seções que constarão da revista, enfim estruturar a obra em formato de revista.¹⁴ A identificação do(s) editor(es) não é das tarefas mais fáceis, apesar de, nas páginas iniciais, as revistas apresentarem a lista de editores, conselho editorial e colaboradores; não são raras as situações em que essa informação não é verdadeira, pois nessas listas podem constar nomes de pessoas que não participaram efetivamente da editoração da revista, mas que são listados ou por motivos de política interna ou para aumentar o grau de confiabilidade da revista com nomes de especialistas reconhecidos pela comunidade.

A política de publicação de uma revista pode ser identificada através da leitura e análise dos editoriais; nesses é possível caracterizar a consciência que seus editores têm da função político/científico/cultural que a revista exerce. A linha editorial pode também ser identificada a partir da recorrência de autores, e de temas que são abordados.¹⁵

Os autores dos vários tipos de revista podem ser caracterizados:

- Quanto à identificação da assinatura dos artigos ser relevante, ou não, para os leitores. Os autores que exercem a função de jornalista têm a sua identificação como sendo de pouco

¹⁴ Um exemplo claro da atuação dos editores como autores ver adiante seção 4.3.2 “O Manifesto dos Pioneiros do INEP ao povo e principalmente ao governo”: os primeiros números pós-golpe de 1964.

¹⁵ Um exemplo desse tipo de análise é o trabalho de Raquel Gandini (1995), que, para identificar a linha editorial da “Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos”, no período entre 1944 e 1952, primeiro analisa os editoriais da Revista e em seguida analisa os textos dos dois autores (Lourenço Filho e Almeida Jr.) que mais publicam nesse período.

importância para os leitores. Por sua vez, nos artigos que expressam opinião e/ou apresentam resultados de pesquisa científica a identificação dos autores se torna relevante.

- Quanto à vinculação com a revista, os autores se dividem entre aqueles que mantêm vínculo profissional e/ou científico e/ou político e os que não mantêm vínculos. Os com vínculo publicam continuamente seus artigos na revista, os sem vínculos publicam eventualmente seus artigos.

A diagramação da revista está relacionada, primeiro, com a linguagem estética utilizada na revista, e, segundo, com a importância que é atribuída às diversas matérias publicadas. Sobre a linguagem estética Darnton (1990, p. 147) afirma que a experiência que temos da leitura dos textos de Ovídio não é a mesma que a de seus contemporâneos pelo fato de que a forma da apresentação gráfica dos textos não é a mesma, dado que a apresentação gráfica de um texto é uma das formas de expressão do autor. A hierarquização do material publicado pode ser identificada pela sua disposição gráfica; por exemplo, um texto que inicia em uma nova página é mais importante que um texto que inicia ao término do artigo anterior. Por meio da diagramação é possível destacar partes do material publicado, indicando ao leitor os fragmentos de maior relevância.

3.4.2 Circulação da revista

A pesquisa sobre a circulação da revista refere-se à forma como ela chega aos seus leitores, a sua periodicidade e sua pontualidade. Quanto ao seu primeiro aspecto, busca conhecer se ela é vendida em bancas de jornal, em livrarias; se é distribuída gratuitamente aos seus leitores; se tem assinantes; e a proporção em que cada um dos itens anteriores se articula.

A identificação da periodicidade e da pontualidade da revista é um dos elementos para a discussão da importância atribuída a ela pelos seus patrocinadores e editores. Revistas que mantêm uma periodicidade muito longa ou que não mantêm a periodicidade proposta provavelmente são consideradas por seus patrocinadores e editores de pouca importância político/científico/cultural.

3.4.3 Leitor

No ciclo do livro, ou no ciclo da revista, segundo Darnton, a análise do leitor pode ser dividida em dois tipos: a do leitor implícito (o leitor imaginário para quem o autor escreve) e a

do explícito (o leitor que realmente lê o texto). É provável que com frequência o leitor implícito e explícito coincidam.

A análise do leitor explícito permite compreender a dimensão da influência de uma obra em um contexto histórico específico. A análise do leitor explícito pretende responder a questões do tipo: quem lê? Como lê? A onde lê? Para identificar quem é esse leitor explícito Darnton propõe as seguintes ferramentas: lista de assinantes, estudo de acervos de bibliotecas, arquivos de bibliotecas circulantes. Essas ferramentas não são de uso fácil, pois nas listas de assinantes podem constar pessoas “que funcionavam como patronos e não como leitores” (DARNTON, 1990, p. 155), a maioria dos arquivos das bibliotecas circulante não é conservada (DARNTON, 1990, 154).

O estudo do leitor explícito pode ser feito tanto no sentido obra impressa/leitor ou no sentido oposto. O estudo do sentido da obra impressa/leitor busca identificar a influência da obra sobre o meio social. Os estudos do sentido leitor/obra impressa são estudos que pretendem identificar quais obras têm importância na construção de uma determinada visão de mundo para um grupo social específico. O estudo do primeiro sentido, no caso específico desta tese, busca compreender a relação dos editores/autores da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* com seus leitores. O segundo sentido busca identificar as fontes diretas que influenciam um grupo específico, por exemplo, as obras que influenciaram o movimento estudantil no período anterior a 1968.

Por sua vez, o leitor implícito das revistas pode ser dividido em dois tipos: os leitores implícitos dos autores dos artigos e os leitores implícitos dos editores. Darnton ao analisar os leitores implícitos dos jornalistas do “*The Time*” afirma:

Os jornalistas [...] escrevem pensando em toda uma série de grupos de referência: seus preparadores, seus diversos editores, seus diferentes grupos de colegas na seção de Cidades, as fontes e objetos de seus amigos e parentes e grupos de interesses específicos. A prioridade desses leitores pode variar de repórter para repórter e de matéria para matéria. Eles podem exercer demandas rivais e contrárias sobre o jornalista. Este pode até achar impossível reconciliar a concepção da ‘matéria’ que recebe do editor que distribui as tarefas, o editor de Cidades, o editor noturno de Cidades, o preparador do texto e seus colegas. Durante maior parte do tempo ele tenta minimizar o ‘ruído’ e percorrer todo esse emaranhado (DARNTON, 1990, p. 86).

Assim o autor escreve para o seu editor implícito, isto é, aquele que irá aprovar a publicação de seus artigos. No caso de autores que não mantêm vínculo profissional com uma revista, o envio de um artigo para uma revista e não para outra está diretamente relacionado

com o leitor/editor imaginário adotado, por exemplo, o envio do artigo para uma revista de um sindicato ou o envio para uma revista editada por um órgão governamental.

O leitor imaginário dos editores está vinculado a interesses mercadológicos e/ou políticos e/ou intelectuais. O leitor imaginário dos editores pode ser identificado pelas concepções paradigmáticas adotadas nos artigos e pelas divisões internas da revista. A identificação do leitor imaginário do editor consiste em responder a questões do tipo: quais informações/opiniões que o editor deseja divulgar aos seus leitores? Quais informações/opiniões que o editor acredita que o seu leitor deseja receber pela revista?

A relação entre o autor/editor e o leitor não é uma relação entre dois pólos constituídos e isolados um do outro, mas sim uma relação de Poder entre esses elementos. O leitor influencia o autor/editor por meio de sua atuação como agente que irá adquirir ou não, e ler ou não, o material publicado. Por sua vez, o autor/editor cria o seu leitor, nas palavras de Gramsci:

Os leitores devem ser considerados a partir de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos ‘transformáveis’ filosoficamente, capazes, ductáveis, maleáveis à transformação. 2) como elementos ‘econômicos’, capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros (1995, p. 163).

Conclusão

A atuação do Conselho Federal de Educação pode ser compreendida como a ação de um *partido*, isto é, como agente que busca a hegemonia para uma reforma intelectual e moral da sociedade. O Conselho, mediante a elaboração de Estudos Especiais, Indicações, Pareceres e Resoluções, se insere em uma relação de Poder. O exercício do poder pelo Conselho produz saberes, produz um modelo de educação, um modelo de universidade.

O estudo do exercício do poder pelo Conselho é um estudo da constituição de um saber; este estudo é nomeado aqui como uma Epistemologia Política. A Epistemologia Política, “proporciona o contexto dentro do qual devem ser considerados as regras, os modelos” e as concepções de Estado – “através dos quais o mundo é formado”, isto é, através dos quais são construídas “as distinções e categorizações que organizam as percepções...”, as propostas de políticas públicas e “as formas de responder ao mundo” –, além de direcionarem a formulação de políticas públicas.

Nos próximos capítulos será analisada a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* como instrumentos para uma análise de Epistemologia Política da ação dos Conselhos Federal

de Educação. A partir do exposto neste capítulo serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos de análise

- a) a reconstituição da história dos patrocinadores das revistas;
- b) análise da apresentação gráfica das revistas e as suas divisões;
- c) identificação dos seus autores/editores e autores dos artigos;
- d) análise da circulação: distribuição, periodicidade e pontualidade;
- e) análise dos editoriais.
- f) identificação dos temas recorrentes
- g) identificação do leitor imaginário;
- h) identificação de textos paradigmáticos ou textos exemplares do paradigma;
- i) identificar os modelos e regras adotados para a construção do conhecimento da realidade;
- j) identificar os problemas considerados legítimos;
- k) identificar os princípios básicos não problematizados;
- l) identificar os momentos nos quais há necessidade de obter-se consenso sobre algum dos princípios básicos;
- m) identificar a articulação teórica com as proposições que divergem do paradigma vigente na atuação do Conselho;
- n) identificar as soluções aceitas para os problemas apresentados;
- o) identificar as avaliações sobre as políticas públicas implantadas a partir do conhecimento produzido pelo exercício do poder do Conselho.